

Opinião

Liderar pelo Exemplo

Poucos temas em Portugal são tão consensuais como a importância do mar para o desenvolvimento do país. Todos os agentes políticos e setores da sociedade reconhecem a relação especial que temos com o oceano e o seu papel histórico na prosperidade e bem-estar dos portugueses. Igualmente consensual é a noção de que há ainda um potencial considerável e subaproveitado neste recurso estratégico, cuja governação e gestão sustentável constitui cada vez mais um desafio. Sem surpresa, nos Açores a perceção desta importância, deste potencial e deste desafio é ainda maior. A proximidade e dependência dos Açores em relação ao mar, justifica um esforço especial e empenho no desenvolvimento de políticas marítimas equilibradas, e um desejo legítimo da região autónoma exercer plenamente os seus poderes constitucionais na gestão do mar dos Açores.

No quadro internacional, a ciência oceânica tem revelado nos últimos anos com maior nitidez a complexa teia de relações que existem entre as camadas atmosférica e oceânica do nosso planeta. O oceano é não só um importante regulador do clima, mas também um dos principais produtores de oxigénio através do fitoplâncton. Assim, a importância da proteção dos ecossistemas marinhos é crescentemente entendida como um contributo fundamental para o combate a problemas globais graves como as alterações climáticas, a poluição e a perda de biodiversidade.

O Governo Regional colocou em consulta pública um projeto legislativo que revê a Rede de Áreas Marinhas Protegidas dos Açores. O documento propõe a classificação de 30% do mar dos Açores, e que em metade dessa área, 15% do total, seja proibida qualquer atividade extrativa. Do ponto de vista internacional, estão a cumprir-se os compromissos assumidos pela região no âmbito da União Europeia e das Nações Unidas. O projeto constitui também um contributo central para o cumprimento nacional desses mesmos compromissos, bem como do objetivo da Estratégia Nacional para o Mar 2021-2030 de se classificar e gerir eficazmente, pelo menos, 30 % das águas marinhas sob jurisdição nacional, incluindo 10 % da área marítima sob proteção estrita.

Trata-se de uma proposta ambiciosa que, na minha opinião, merece reconhecimento por vários motivos que transcendem o mérito associado



**POLÍTICA
FAUSTO
BRITO
E ABREU**
EX-SECRETÁRIO
REGIONAL DO
MAR, CIÊNCIA
E TECNOLOGIA

à ambição da mesma. Algumas vezes podem perguntar por que motivo os Açores têm de ir para além do mínimo denominador comum nacional, e classificar mais área com proteção estrita. A meu ver, a pergunta é válida e tem duas dimensões de resposta. Uma é física e tem a ver com o facto de os Açores terem uma quantidade significativa da biodiversidade marinha nacional e dos ecossistemas mais raros e vulneráveis. A outra é política, e tem a ver com importância de a região liderar pelo exemplo, afirmando-se a nível nacional e internacional como um decisor credível na gestão do espaço marítimo. A profunda crise ecológica em que se encontra o nosso planeta vai seguramente impor aos governos compromissos internacionais cada vez mais exigentes no futuro próximo. Mostrar proatividade e antecipar tendências tem valor político, revelando visão e capacidade de execução.

Um aspeto em que julgo favoravelmente o trabalho do Governo Regional, e aqui mérito deve ser reconhecido ao seu Presidente, foi a forma como o processo participativo que gerou esta proposta foi conduzido. Precocemente, e de forma sistematizada, foram envolvidos cientistas, pescadores, fundações nacionais e internacionais, a administração regional, organizações não governamentais, e várias outras partes interessadas. Apesar das origens desta iniciativa, precederem a sua chegada ao Governo, José Manuel Bolieiro soube aproveitar a herança do seu antecessor, mobilizou recursos e usou o seu peso político para concluir um processo complexo dentro de metas temporais exigentes.

Devo referir também a importância de estarmos perante um bom exemplo de definição de políticas públicas com base em ciência. Nem sempre os decisores políticos conseguem abstrair-se de pressões eleitoralistas, ou do enfoque exclusivo em questões de curto prazo, e fazerem aquilo que efetivamente sabemos que tem de ser feito. Cientistas do Okeanos e da Universidade dos Açores, com vasto conhecimento acumulado sobre o nosso mar, também se mobilizaram, tendo tido um papel indispensável ao partilharem os seus dados e conhecimento. Importa reconhecer também os contributos financeiros e científicos da Fundação Oceano Azul e do Instituto Waitt, através do Programa Blue Azores que, em parceria com o Governo Re-

gional promove o estudo e proteção do mar dos Açores. O programa tem também como objetivos principais criar novas oportunidades para o desenvolvimento de uma economia azul sustentável na região, e melhorar a gestão das pescas. Aqui, neste último aspeto, temos uma tarefa muito mais desafiante que engloba, mas que em muito extravasa, a criação de áreas marinhas protegidas.

Recentemente, li que Federação das Pescas dos Açores discorda do teor da proposta que está agora em consulta pública, considerando que a mesma não espelha suficientemente as sugestões que apresentou no processo participativo. Em consequência, a Federação pede ao Governo que alargue o prazo de discussão pública e adie o agendamento do diploma. Entendendo a lógica do pedido, não concordo com o prolongamento do processo de consultas. Questões desta complexidade podem ser discutidas durante décadas, sendo difícil chegar-se a uma solução que colha unanimidade. Veja-se o caso do Parque Marinho Luiz Saldanha, na costa da Arrábida, que foi criado em 1998 e só em 2005 teve o seu plano de ordenamento aprovado, após sete anos de discussão. Para um exemplo mais extremo, podemos considerar a localização do novo aeroporto de Lisboa. Há um tempo para discussão, que neste caso está em curso até 15 de setembro, e há um tempo para decisão.

As pescas são a mais importante atividade económica que se passa no mar dos Açores, sendo um dos principais setores exportadores da região. Para além do peso económico da pesca, aquacultura, transformação e restante cadeia de valor, este é um setor de grande importância social. É evidente que os interesses do setor devem estar na primeira linha de ponderação deste processo de decisão. Temos exemplos em todo o mundo que comprovam que, no longo prazo, a implementação de áreas marinhas protegidas constitui uma mais-valia para as pescas. Contudo, a curto prazo, é injusto que um grupo restrito de pescadores suportem sozinho os custos da implementação de uma medida que beneficia toda a sociedade. Uma avaliação rigorosa dos impactos económicos da classificação destas áreas tem de ser feita, para se determinar que medidas compensatórias devem ser pagas, e a quem. Idealmente, estas medidas dirigidas aos pescadores mais afetados devem ser integradas numa reestruturação mais ampla do setor das pescas, com vista a aumentar o rendimento médio dos pescadores,

adequar o esforço de pesca à disponibilidade dos recursos, e investir em requalificação profissional, facilitando a mobilidade de pescadores entre profissões ligadas ao mar.

Em todo caso, tendo este Governo Regional uma base de apoio parlamentar tão frágil, seria uma insensatez imperdoável expor este projeto legislativo ao risco de uma crise política inesperada, deitando a perder anos de trabalho e, porventura, umas das principais obras políticas deste mandato.*

